EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS EXPERIÊNCIAS ESTADUAIS: UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DE CO - RESPONSABILIDADE SOCIAL – ICE

Mariane E. Bernardes*, Profa. Dra. Debora Cristina Jeffrey

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os delineamentos da pesquisa EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS EXPERIÊNCIAS ESTADUAIS: UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DE CO - RESPONSABILIDADE SOCIAL – ICE, desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional – GEPALE, que integra o Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD/CAPEs), O estudo realizado traz uma breve discussão de como esse instituto é organizado e qual o impacto dela na educação. Além disso, busca identificar, a partir de mapeamento da participação de organizações da sociedade civil de interesse público no desenvolvimento de programas e ações educacionais.

Palavras-chave:

Educação Integral, Parceria Público-Privada, Política educacional.

Introdução

A constituição de redes políticas, em que as parceiras público-privadas se efetivaram e legitimaram entre estados brasileiros, no ano de 2017, a luz da política de educação integral. Evidenciou-se que as parcerias público-privadas foram identificadas nas cinco regiões do Brasil (norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste), sendo que constam em 23 estados brasileiros (exceto os estados do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), os convênios que foram contemplados entre 26 organizações da sociedade civil de interesse público, constituindo uma rede política de educação integral. Contudo, o que se pode observar é a presença do Instituto de Co- responsabilidade social – ICE em onze estados do país. Com este dado buscaremos entender quais os objetivos da instituição e suas ações na educação integral.

Resultados e Discussão

As discussões acerca da Educação Integral enquanto projeto político nacional datam da primeira metade do século XX. Em retomada histórica, a democratização do ensino primário proposta por Anísio Teixeira, de modo a oferecer às crianças uma educação de qualidade que integrasse a população pobre à sociedade moderna. Tal proposição envolvendo a educação integral fundamenta-se juridicamente através dos documentos oficiais nacionais. Uma vez que grande parte das OSCIP's participantes da disseminação de propostas de educação integral, são oriundas de grandes conglomerados empresariais, A fundação que damos ênfase é ICE que por sua vez possui uma de ações da instituição que se abrangem a assessoria na elaboração e implementação de diretrizes da educação integral em conjunto com os órgãos centrais das Secretarias de Educação dos estados e municípios brasileiros, nas orientações e formações dos profissionais da educação, na promoção de tecnologia educacional, no acompanhamento de propostas pedagógicas, entre outros projetos em educação considerados inovadores para a garantia da aprendizagem dos alunos participantes. Porém o principal objetivo é a ampliação de Indicação de estratégias para operar o currículo para tempo integral.

Com os resultados obtidos, foi possível observar que essa instituição promove o seu trabalho junto ao Poder Público através do estabelecimento de redes (MIZRUCHI, 2006), incentivando a ampliação e fortalecimento da educação integral em tempo integral. Com os objetivos, as orientações, as ações, os programas e os projetos desenvolvidos pelo ICE. A partir desses elementos, verificou-se o discurso comum acerca de uma educação integral de qualidade, que perpassa saberes para além da escola em que as parcerias possuem o objetivo de atender às diversas necessidades dos estudantes - desde a proteção ao seu pleno desenvolvimento. Destaca-se como um dos resultados dessa pesquisa o foco no público marcado pela vulnerabilidade social no qual essas instituições voltam seus programas e projetos. O argumento da transformação da educação pelo atendimento da população carente como forma de superação das desigualdades sociais tem sido potente para a inserção das OSCIP's nas escolas públicas.

Conclusões

Um discurso que fortalece a realidade de precarização do ensino e estimula a responsabilidades no que concerne a política pública de educação (MACHADO; ALAVARSE, 2014). Ainda cabe destacar que, pensar em ações integradas fazendo com que as fundações fomentem o trabalho integrado das redes estaduais e municipais de ensino - de órgãos centrais às salas de aula, produz reflexões sobre o lugar em que a escola é colocada no processo educativo, cada vez mais estes grupos passarão a ter o controle das decisões do Ministério da Educação. A ação destas fundações tende a apoiar os processos de privatização.

Agradecimentos